

GRAVIDEZ E DEFICIÊNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

ET 08 - Corpos que Gestam, Maternidade, Assistência à Saúde Materna e Violência. Narrativas Literárias, Ética e Bioética nos Cuidados em Saúde; Movimentos Sociais e Relatos de Experiência

Isabella Mota Colombo ¹
Fátima Elisabeth Denari ²

RESUMO

Ser mulher com deficiência evidencia a questão de duplo silêncio e opressão, mostrando como a questão de gênero exerce impacto sobre a deficiência. Há muitos mitos que cercam a sexualidade de pessoas com deficiência, como o mito de que estes não têm a capacidade de gerar e/ou cuidar dos filhos. O presente estudo tem como objetivo identificar o que tem sido produzido academicamente no Brasil sobre gravidez e deficiência. Trata-se de uma revisão bibliográfica. A busca ocorreu no portal de periódicos da Capes. Foram selecionados 5 artigos que cumpriram com os critérios de inclusão estabelecidos. Os resultados demonstram que o tema ainda é recente e incipiente, mostrando que ainda há de ser superados obstáculos como falta de acessibilidade, preconceitos socioculturais e estigmas.

Palavras-chave: Educação especial, Mulheres com deficiência, Gravidez.

INTRODUÇÃO

A sexualidade engloba formas de pensar, agir e sentir, as quais são típicas características humanas. Assim, se faz necessária uma reflexão frente a essa temática, para torná-lo factível às pessoas com deficiências; no entanto essa não é uma tarefa fácil, já que a sociedade coloca a sexualidade em um contexto polêmico e ideologicamente multifacetado, o que acaba por acarretar considerações que podem delongar soluções e respostas inadequadas, fazendo com que seja atribuído à pessoas com deficiência restrições a encargo de uma ética sexual disfarçada de protecionismo rigoroso, validando uma certa visão de sexualidade humana, pessoa e deficiência (DENARI, 2002).

¹ Doutoranda em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, bellacolombo@hotmail.com;

² Professor orientador: doutorado em Metodologia de Ensino, Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, fdenari@terra.com.br.

Nesse sentido, a sexualidade das pessoas com deficiência é questionada e há muitos mitos cercam esse tema, como por exemplo, o mito de que pessoas com deficiência não têm a capacidade de gerar e/ou cuidar dos filhos (MAIA, RIBEIRO; 2010). Assim, na busca por desmistificar essa crença, o presente estudo focaliza as mulheres com deficiência e tem por objetivo identificar o que tem sido produzido academicamente no Brasil sobre gravidez e deficiência.

É válido destacar que ser mãe é um direito de qualquer mulher e que este direito transcende os processos biológicos. Esse público merece especial atenção, pois, segundo Colombo (2019), mulheres com deficiência estão em situação de dupla vulnerabilidade devido a somatória entre gênero e deficiência, fazendo com que esta se depare com situações de opressão, silenciamento e negação de direitos distintos de mulheres sem deficiência, o que agrava sua participação social, seu processo de escolarização e seus direitos sexuais e reprodutivos.

A dupla vulnerabilidade de mulheres com deficiência A vulnerabilidade da mulher com deficiência a torna mais suscetível a inúmeros estigmas e abusos, não sendo reconhecidas em seus direitos sexuais e reprodutivos, sendo-lhes negadas sua sexualidade e o seu prazer; supondo-se que estas não têm desejos sexuais, gerando a concepção de que não podem constituir uma família (COLOMBO, 2019).

A questão norteadora do estudo é: Quais informações têm sido veiculadas relacionando gravidez e deficiência? O estudo visa contribuir com a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres com deficiência, procurando contribuir com políticas públicas assistenciais, educacionais e de direitos humanos.

METODOLOGIA

Como o objetivo proposto é identificar o que tem sido produzido academicamente no Brasil sobre gravidez e deficiência, foi realizada uma revisão de literatura a fim de buscar as publicações que envolvessem a temática. Portanto, foi feito um levantamento bibliográfico na base de dado do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A busca ocorreu no mês de julho de 2022. O descritor utilizado foi “gravidez AND pessoa com deficiência”. Os critérios de inclusão estabelecidos foram: (a) versar sobre gravidez e deficiência, (b) ser artigo e (c) estar em língua portuguesa.

Inicialmente deu-se a leitura do título, das palavras-chave e do resumo das publicações. Após a seleção daquelas que cumpriam os critérios de inclusão, as duplicações foram descartadas. Posteriormente, foi feita a leitura na íntegra dos artigos, selecionando-se aqueles que ainda continuavam a cumprir com os critérios de inclusão determinados e, por fim, a análise destes foi continuada.

Os estudos selecionados foram submetidos a folha de codificação composta por 10 itens, sendo eles: 1) Título; 2) Periódico de publicação; 3) Endereço na internet; 4) Autores; 5) Ano da publicação; 6) Objetivo do trabalho; 7) Participantes; 8) Procedimentos; 9) Resultados e 10) Limitações encontrados. Para a avaliação das produções foi utilizada como estratégia a metassíntese, que envolve a análise da teoria, dos métodos e dos resultados dos estudos, levando a uma síntese do fenômeno estudado (COSTA; ZOLTOWSKI, 2014).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca resultou em 620 publicações, as que não atendiam aos critérios de inclusão definidos e as duplicações foram descartadas; assim a busca totalizou em 5 que compuseram o banco final para análise.

Dos 5 estudos analisados, todos trataram do tema envolvendo a gravidez de mulheres com deficiência, sendo três com enfoque na área da saúde, um focalizando os direitos sexuais e reprodutivos e um com abordagem social. O estudo mais antigo datou 2018, seguido por dois estudos em 2019 e dois publicados em 2020. Dos 5 estudos selecionados, dois trataram de mulheres com deficiência física, um de mulheres com deficiência intelectual, um de mulheres com surdez e um tratou deste público em geral, sem especificação.

Quanto à abordagem, verificou-se que a pesquisa qualitativa foi a mais utilizada, estando presente em todos os trabalhos analisados. Também se observou a utilização de diferentes instrumentos e/ou técnicas para a coleta de dados e constatou-se que a entrevista foi a mais utilizada (Costa *et al.* 2018; Santos *et al.* 2019 e Lima *et al.* 2020), que uma pesquisa realizou análise documental se referindo a prontuários médicos (Simões, 2019) e no outro estudo não foi especificado o instrumento de coleta de dados, sendo este um ensaio teórico (Clímaco 2020).

O objetivo do artigo de Costa *et al.* (2018) foi identificar a percepção da mulher surda quanto aos cuidados de enfermagem durante a gestação, o parto e o puerpério. Este se tratou de um estudo descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa. Participaram do estudo 9 mulheres surdas com idades entre 27 e 43 anos; como instrumento para coleta de dados foi



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado e os dados foram analisados com base na análise de conteúdo. Os resultados obtidos demonstraram que todas as participantes relataram pouco contato com os profissionais da área de enfermagem durante o pré-natal, parto e puerpério; também foram identificadas algumas divergências entre profissionais da enfermagem ao realizar orientações; igualmente foi relatado pelas participantes não encontrar nenhuma facilidade na comunicação com a equipe de enfermagem no período perinatal. Foram apontados falta de intérprete de Libras nos serviços e desconhecimento dos profissionais sobre a língua de sinais, a dependência de um familiar durante os atendimentos, rapidez com que os profissionais se expressavam oralmente e o uso de máscaras pelos profissionais, ambos os fatores dificultando a leitura labial.

Em seu artigo, Simões (2019) buscou explicitar como as estratégias de acesso aos direitos sexuais e reprodutivas de mulheres com deficiência intelectual em situação de violência sexual são elaboradas por um idioma moral articulando dor, sofrimento e vitimização. O artigo se trata de uma pesquisa empírica realizada no Ambulatório de Violência Sexual de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Ao longo do artigo o autor discorre sobre o funcionamento do referido Ambulatório de Violência Sexual, bem como apresenta dois casos de interrupção legal de gravidez; um deles se trata de uma garota de 13 anos e o outro de uma mulher de 27 anos, ambas com deficiência intelectual. A narração dos casos é baseada na análise dos prontuários das pacientes e na discussão dos casos pela equipe que atendeu a estes. Assim, o estudo demonstrou como sofrimento e a vitimização passam a ser fundamentais para que alguns direitos sexuais e reprodutivos sejam justificados e reconhecidos, neste caso, a realização de um aborto.

Costa *et al.* (2019), objetivou discutir o processo de transição para a maternidade e maternagem de mulheres cadeirantes na perspectiva de Afaf Ibrahim Meleis. A perspectiva de Meleis, diz respeito a Teoria da Transição, a qual compreende três fatores: (a) transição sofrida pelo indivíduo, podendo ser desenvolvimental, situacional, saúde-doença e organizacional; (b) os padrões, que ocorrem de forma única ou múltipla, sequencial e relacionada e (c) a propriedade da transição, que compreende a conscientização, o envolvimento, a mudança e diferença, o espaço temporal da transição. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, exploratório, realizado com 6 mulheres cadeirantes residentes no estado do Rio de Janeiro. Como resultados, identificou-se que tanto a sociedade como alguns profissionais desencorajam a maternidade às participantes; que a fé foi uma aliada nesse processo; que a maioria das

entrevistadas tinham o desejo de se tornarem mães e sentiam-se confiantes para cuidar de seus filhos e apenas uma participante relatou sentir medo e inquietação por não ser uma boa mãe. Percebeu-se que as narrativas das entrevistadas remetem sentimento de maternagem, representado pelo vínculo mãe-bebê e pela força de superação dos obstáculos.

Lima *et al.* (2020), teve como objetivo discutir as necessidades de cuidado da mulher grávida cadeirante à luz da Teoria do Cuidar de Collière, esta teoria busca embasar os enfermeiros na prestação de um cuidado individualizado, a fim de captar as necessidades da pessoa que é cuidada. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, exploratório. Participaram 8 mulheres cadeirantes que gestaram seus filhos sobre a cadeira de rodas. A coleta de dados baseou-se história de vida. Os resultados demonstraram que quanto ao planejamento das gestações surgiram sentimentos de desejo e o medo de tornarem-se mães e que todas as participantes tiveram apoio familiar, mas que ao mesmo tempo os familiares temiam por não acreditarem na capacidade delas de gestarem e cuidarem dos filhos. Nos resultados, também ficou evidente a falta de apoio dos profissionais de saúde e devido a isso a maioria das participantes demonstraram inseguranças durante o pré-natal, gestação e parto.

Já Clímaco (2020), em seu ensaio teórico, faz análise de aproximações e distanciamentos entre os estudos feministas e os da deficiência nas produções do cuidado e de maternidades, por meio da discussão da elaboração de uma norma para as experiências humanas; dos estudos da deficiência; dos estudos feministas da deficiência; da ética do cuidado e da construção de uma normativa materna e suas implicações para mulheres vivendo com deficiências. A autora aponta a importância de os estudos feministas incorporarem as mulheres que estão às margens da maternidade; e que para as mulheres com deficiências, essa aproximação e o questionamento da naturalização da maternidade pode ser uma ferramenta útil para que desconstrua, a partir de suas próprias narrativas, a maternidade como destino biológico. O estudo também relata a necessidade e importância de se ouvir as histórias de cuidadoras, relatando dedicação, interdependência, dificuldades e o abandono do Estado em relação aos cuidados que são majoritariamente femininos e maternos, o que permite realizar articulações, lutas e caminhadas conjuntas.

Os resultados da presente revisão de literatura mostram que a temática englobando gravidez e deficiência ainda é recente, datando apenas dos últimos quatro anos, e ainda incipiente, visto a escassez de trabalhos na área, mostrando que ainda há de ser superados obstáculos como falta de acessibilidade, preconceitos socioculturais e estigmas.

Com relação ao objetivo desta revisão, foi possível identificar o que tem sido produzido academicamente no Brasil sobre gravidez e deficiência. Identificou-se que as mulheres com deficiência contam com inexpressivas ações dos serviços desde o pré-natal, passando pela gestação e perdurando até o puerpério, mas que apesar da carência desses serviços, há uma tendência acadêmica pelo tema na área da saúde, devendo estas discussões serem disseminadas em outras áreas do conhecimento, com discussões de cunho político, social, econômico, assistencial e educacional, por exemplo.

A grande maioria da sociedade como um todo, acredita que mulheres com deficiência, seja ela qual for, não têm direito a vida sexual e/ou não têm uma vida sexualmente ativa, que não têm a capacidade de engravidar, gerar, parir e cuidar dos filhos. Assim, se faz necessários mais estudos que versem sobre essa temática no intuito de quebrar com estes estigmas, para que mulheres com deficiências sejam protagonistas de suas próprias histórias, trazendo à tona suas identidades, histórias, lutas, vivências, suas vozes e concepções, afirmando suas potencialidades e lhes sendo ofertados políticas públicas que as respaldem em todos os âmbitos sociais e em todos os direitos e segmentos de suas vidas.

REFERÊNCIAS

CLÍMACO, J. C. Análise das construções possíveis de maternidades nos estudos feministas e da deficiência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, e54235, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/SfhrbHm39xWLp9yprdL6NBC/?lang=pt>. Acesso em: jun. 2022.

COLOMBO, I. M. **Deficiência, gênero e feminismo: a dupla vulnerabilidade da trajetória escolar até o ensino superior**. Orientadora: Fátima Elisabeth Denari. 2019. 76f. TCC (Graduação em Educação Especial) – Licenciatura em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

COSTA, A. B; ZOLTOWSKI, A. P. C. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, S. H; COUTO, M. C. P. P; HOHENDORFF, J. V. (Orgs.) **Manual da produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. p. 55-70.

COSTA, A. A.; *et al.* Acolher e escutar o silêncio: o cuidado de enfermagem sob a ótica da mulher surda durante a gestação, parto e puerpério. **Rev. Fund. Care.** [Online]. v.10, n. 1, p. 123-129, jan-mar., 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v10i1.123-129>. Acesso em: jul. 2022.

DENARI, F. E. Sexualidade & Deficiência: reflexões sobre conceitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, UNESP/Marília - Publ. ABPE, v. 8.1, 2002. Disponível em:



VIII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Seminário Internacional
Corpo, Gênero e Sexualidade

IV Luso-Brasileiro Educação
em Sexualidade, Gênero,
Saúde e Sustentabilidade

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000123&pid=S1413-6538201000020000200014&lng=pt. Acesso em: jun. 2022.

LIMA, D. S.; *et al.* Cuidado da mulher grávida cadeirante à luz da teoria de Collière. **Rev. Bras. Enferm.** 2020;73(4):e20180755. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0755>. Acesso em: jun. 2022.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.16, n.2, p.159-176, maio/ago. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141365382010000200002. Acesso em: jun. 2022.

SANTOS, L. F. M.; *et al.* Transição para maternidade e maternagem em mulheres cadeirantes: perspectiva da enfermagem. **Rev. Bras. Enferm.** 2019;72(Suppl 3):290-6. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0843>. Acesso em: jul. 2022.

SIMÕES, J. Sobre gramáticas emocionais e violência sexual. Notas a partir de dois casos de interrupção legal de gestação realizados por mulheres com deficiência intelectual. **Anuário Antropológico** [Online], v.44, n.1, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/3496>. Acesso em: jul. 2022.